



SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP,RL  
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA  
& ASSOCIADOS



Nº14/18

# NEWSLETTER

A PROPÓSITO DA ALEGADA  
"INCONSTITUCIONALIDADE" DA  
ALTERAÇÃO AO ADICIONAL ISP

This Information is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Information may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact [contact@rfflawyers.com](mailto:contact@rfflawyers.com).

\*

This Information is sent in compliance with articles 22 and 23 of Decree-Law no. 7/2004, of 7 January, regarding unsolicited e-mails. If you wish to be removed from our mailing list and avoid similar future communications, please send an email with "Remove" to the email address [newsletter@rffadvogados.com](mailto:newsletter@rffadvogados.com).

\*\*\*

Legal 500 – Band 1 Tax "Portuguese Law Firm" and Band 1 Tax "RFF Leading Individual" 2013/2014/2015/2016

Chambers & Partners – Band 1 "RFF Leading Individual" 2013/2014/2015/2016

International Tax Review – "Best European Newcomer" (shortlisted) 2013 / "Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2014/ "Tax Controversy Leaders" 2014/2015 / "Indirect Tax Leaders 2015" / "Women in Tax Leaders Guide 2015" / "European Best Newcomer" 2016/ "Portugal Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2017/"European tax Disputes of the Year" (shortlisted) 2017/ "European Indirect Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2017

Best Lawyers – "RFF Tax Lawyer of the Year" 2014 / "Recommended Lawyers" 2015/2016

Who's Who Legal – "RFF Corporate Tax Adviser of the Year" 2013/2015 / "Corporate Tax – Controversy" 2016 / "Corporate Tax section of WWL - Thought Leaders" 2017

IBFD – Tax Correspondent Angola, Mozambique and East-Timor 2013/2014/2015/2016



[www.rfflawyers.com](http://www.rfflawyers.com)  
Praça Marquês de Pombal, 16 – 5<sup>th</sup> (Reception)/6<sup>th</sup>  
1250-163 Lisboa • Portugal  
T: +351 215 915 220 • F: +351 215 915 244  
[contact@rfflawyers.com](mailto:contact@rfflawyers.com)



O vício de "inconstitucionalidade" que anda a ser invocado sobre a nova lei aprovada na Assembleia da República, por deputados de vários partidos e outros especialistas, em relação ao adicional ISP, não é, propriamente, o da sua inconstitucionalidade, nem o da sua invalidade, ou, sequer, o da sua inexistência jurídica.

É uma questão, sim, de ineficácia.

A Constituição impede a produção dos seus efeitos jurídicos este ano e durante a vigência do (equilíbrio do) orçamento do Estado para 2018, tal como aprovado inicialmente pelo Parlamento no final do ano passado e em vigor desde 1 de Janeiro.

Trata-se do "dispositivo-travão", que pretende inibir os deputados, durante a execução de um orçamento que previamente aprovaram - por isso é demagógica, de alguma forma a posição de alguns deputados, da "geringonça", ...

que aprovaram o orçamento para 2018 com tais pressupostos - de aumentarem as despesas ou, como é o caso, de diminuíram as receitas.

A nova lei, ora aprovada, constitui, no entanto, uma vinculação (externa), a que o Governo está sujeito, aquando da elaboração e da apresentação da próxima proposta de lei de orçamento do Estado para 2019, que está obrigado a ter presente tal alteração ao adicional ISP, anteriormente aprovada, da assembleia da república.

Se se pretender a produção dos seus efeitos ainda em 2018, tal implicará, uma nova alteração orçamental - um Orçamento "retificativo" prévio - à lei do orçamento do Estado em vigor (2018). Cujas iniciativas, será do Governo - e não da Assembleia da República, ou medidas adicionais que contrabalançam a diminuição das receitas com a correspondente diminuição das despesas ou o aumento de (outras) receitas, de



forma a permitir o equilíbrio orçamental  
inicialmente aprovado pelos deputados  
para 2018.

Lisboa, 25 de Junho de 2018

Rogério M. Fernandes Ferreira